

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NA SUSTENTABILIDADE

Renata Sousa Gomes¹

Carlos Enrique de M. Jerônimo²

RESUMO

A sustentabilidade trata-se de um assunto bastante relevante e discutido nos dias atuais, por se tratar de uma necessidade constante de gerir os recursos naturais finitos, necessários para a sobrevivência e qualidade de vida de uma sociedade com necessidades infinitas. Neste contexto, surge a contabilidade ambiental que trata-se do ramo da Ciência Contábil, destinada para a análise e gestão dos problemas ambientais que poderão ser causados diante da má utilização destes recursos, necessitando-se para tal propósito formular estratégias de administração do meio ambiente, e garantir que a empresa esteja sempre em conformidade com a legislação ambiental, inserir programa de prevenção e combate à poluição, acondicionar instrumentos para correção de danos com o meio ambiente, ajustar os produtos de acordo com as especificações ecológicas, além de monitorar o programa ambiental da instituição. Dessa forma, este artigo procura analisar a importância da contabilidade ambiental no que diz respeito à sustentabilidade, através de uma revisão de literatura, procurando-se descobrir seus pontos positivos e negativos dentro de um ambiente organizacional sustentável. Trata-se de uma revisão de literatura sobre a questão da importância da contabilidade ambiental e a sua relação com a sustentabilidade. Através da análise e tratamento dos dados e informações coletadas sobre a temática, conclui-se que a contabilidade ambiental pode contribuir com importantes ferramentas na gestão organizacional, desde o processo de tomada de decisão até a fase de avaliação de desempenho no que tange a preocupação dos gestores e da própria sociedade com o meio ambiente, necessitando-se, portanto, que as empresas passem a trabalhar com estratégias de médio e longo prazo sobre a utilização de recursos naturais com responsabilidade e atitudes que possam ser refletidos em benefícios para a sociedade.

Palavras- Chave: Contabilidade Ambiental. Recursos Naturais. Sustentabilidade.

¹ Acadêmica do Curso de Pós-graduação em Gestão e Perícia Ambiental pelo Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). E-mail: renatagomesrn@uol.com.br

² Professor Orientador do Curso de Pós-graduação em Gestão e Perícia Ambiental pelo Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). E-mail: c_enrique@hotmail.com

ACCOUNTING OF IMPORTANCE IN ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY

ABSTRACT

Sustainability it is a very relevant and discussed topic today, because it is a constant need to manage finite natural resources necessary for survival and quality of life of a society with endless needs. In this context, environmental accounting arises that it is the branch of Accounting Science, designed for the analysis and management of environmental problems that may be caused before the misuse of these resources, requiring up for that purpose formulating environmental management strategies and ensure that the company is always in compliance with environmental legislation, insert program to prevent and combat pollution, conditioning tools to correct damage to the environment, adjust the products according to ecological specifications, and monitor the program environmental institution. Thus, this article analyzes the importance of environmental accounting with regard to sustainability, through a literature review, seeking to discover their strengths and weaknesses within a sustainable organizational environment. This is a literature review on the issue of the importance of environmental accounting and its relationship to sustainability. By analyzing and processing the data and information collected on the subject, it is concluded that environmental accounting can contribute important tools in organizational management from the decision-making process to the performance evaluation phase regarding the concern of managers and society itself to the environment, necessitating therefore that companies start to work with medium and long term strategies on the use of natural resources responsibly and attitudes that may be reflected in benefits to society.

Key-words: Environmental Accounting. Natural resources. Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade trata-se de um temo bastante abordado nos dias atuais, diante da escassez dos recursos naturais e da necessidade de preservação do meio ambiente como um todo, uma vez que os recursos naturais são finitos para uma demanda considerada como infinita. Neste contexto, a contabilidade tem o papel de apresentar à sociedade os acontecimentos financeiros. Historicamente, a contabilidade do Meio Ambiente passou a ter status de um novo ramo da ciência contábil em fevereiro de 1998, com a finalização do "relatório financeiro e contábil sobre passivo e custos ambientais" pelo Grupo de trabalho intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em padrões Internacionais de contabilidade e relatórios.

A contabilidade tem voltado seu olhar para os problemas ambientais, ela tem um elo entre as empresas e a comunidade. A contabilidade está despertando o interesse para as questões ambientais, não apenas para constar na legislação, mas por uma conscientização ecológica.

Segundo Campanhola (1995), o paradigma atual de desenvolvimento, baseado nos modelos dos países desenvolvidos, dos países industrializados do Norte, é um modelo meramente capitalista, que visa o lucro máximo. O crescimento econômico gera bem-estar à sociedade, e o meio ambiente é apenas um bem privado, no que se refere à produção e descarte dos seus resíduos. Dentro desse processo, ao longo dos últimos 30 anos, pode-se afirmar que os recursos naturais são tratados apenas como matéria-prima para o processo produtivo, principalmente no processo produtivo industrial.

O que aconteceu é que este modelo, da maneira como foi idealizado, não é sustentável ao longo do tempo. Ficou claro que os recursos naturais eram esgotáveis, e, portanto finitos, se mal utilizado.

Assume-se que as reservas naturais são finitas, e que as soluções ocorrem através de tecnologias mais adequadas ao meio ambiente e que as mesmas ainda provocam danos menos agressivos, deve-se atender usando o princípio da reciclagem.

Este novo fazer foi construído em grande parte, a partir dos resultados da Rio-92, onde a noção de Desenvolvimento Sustentável se alastrou e estruturou-se. A noção e os conceitos de sustentabilidade trazem um novo desafio e nos mostra quais são os caminhos para a Gestão Ambiental.

Essa conscientização nos conduzirá ao desenvolvimento sustentável, definida no Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum), elaborado pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, como "aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades".

A Gestão Ambiental é uma nova série de atividades que devem ser administradas, tais como: formular estratégias de administração do meio ambiente, e garantir que a empresa esteja sempre em conformidade com a legislação ambiental, inserir programa de prevenção e combate à poluição, acondicionar instrumentos para correção de danos com o meio ambiente, ajustar os produtos de acordo com as especificações ecológicas, além de monitorar o programa ambiental da instituição.

Diante disso, este artigo procura analisar a importância da contabilidade ambiental no que diz respeito à sustentabilidade, através de uma revisão de literatura, procurando-se dessa forma descobrir seus pontos positivos e negativos dentro de um ambiente organizacional sustentável.

2 METODOLOGIA

Para que esta análise fosse realizada, necessitou-se buscar informações em outros trabalhos científicos realizados sobre este assunto, como pode ser observado durante o desenvolvimento do referencial teórico deste artigo. Dessa forma este estudo se caracteriza como uma revisão bibliográfica sobre a temática em questão.

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, uma vez que a pesquisadora procura, de acordo com os dados coletados através de uma revisão bibliográfica, coletar dados relevantes sobre a questão da contabilidade ambiental e, *a posteriori*, discutir sobre estes dados encontrados, de acordo com a sua necessidade de utilização e possíveis pontos positivos e negativos no ambiente empresarial.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Por se tratar de um estudo realizado através de levantamento bibliográfico, as fontes de pesquisas são respectivamente, a própria área ou ambiente da pesquisa, uma vez que não foi necessário o acompanhamento ou visitas a determinados ambientes físicos para que fosse realizada a coleta de dados e informações.

2.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Todo o processo de pesquisa e elaboração deste artigo se baseou unicamente em três etapas distintas: coletas de dados e informações realizadas através de um levantamento bibliográfico sobre a questão da economia ambiental; tratamento destes dados e informações de acordo com os conceitos e definições apresentados durante o desenvolvimento do referencial teórico; e finalmente, as

considerações finais e possíveis argumentações sobre a importância (ou não) da economia ambiental nas empresas e, ao mesmo tempo, a sua relevância para a sociedade.

3 A CONTABILIDADE AMBIENTAL: PRINCIPAIS CONCEITOS E FINALIDADES

A contabilidade é uma enorme fonte de registro, interpretação e informação de dados empresariais e governamentais. Sua utilidade social é bem expressa pelo então presidente da França, Jacques Chirac, em seu discurso na sessão plenária de encerramento do XV Congresso Mundial de Contadores, em 1997 afirmou que a profissão contábil desempenha um papel fundamental na modernização e internacionalização de nossa economia. Isso porque não se restringem a cuidar apenas de contas (CHIRAC, 1997 apud CARAMON, 2011).

As empresas públicas e privadas vêm se preocupando com o controle dos impactos ambientais. Os Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) está se tornando um grande e valioso aliado das instituições que procuram manter e equilibrar os aspectos e impactos ambientais, a ISO 14.001 é uma norma de adesão voluntária, que contém os requisitos para a implantação do SGA, podendo ser aplicada a qualquer tipo ou porte de organização.

De acordo com o pensamento de Negra (2001) a Ciência Contábil, como uma ciência social e, portanto da relação entre o homem e sua riqueza, deve criar mecanismos de registro, análise e interpretação dos fenômenos resultantes das ações contra o meio ambiente. Isto mostra a veracidade, pois vários autores e pesquisadores já a segmentaram em Contabilidade Ambiental. A Contabilidade Ambiental pode oferecer subsídios e outros mecanismos, técnicas e tecnologias no tratamento das relações econômicas e de riqueza ligada com o meio ambiente.

Para Meyer (2000), a gestão ambiental é apresentada da seguinte forma:

- 1) Objeto de manter o meio ambiente saudável (à medida do possível), para atender as necessidades humanas atuais, sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras.
- 2) Meio de atuar sobre as modificações causadas no meio ambiente pelo uso e/ou descarte dos bens e detritos gerados pelas atividades humanas, a partir de um plano de ação viável técnica e economicamente, com prioridades perfeitamente definidas.
- 3) Instrumentos de monitoramentos, controles, taxações, imposições, subsídios, divulgação, obras e ações mitigadoras, além de treinamento e conscientização.

4) Base de atuação de diagnósticos (cenários) ambientais da área de atuação, a partir de estudos e pesquisas dirigidos em busca de soluções para os problemas que forem detectados (MEYER, 2000, P. 38).

Complementando a ideia de Meyer; Macedo (1999) afirma que a gestão ambiental é o processo necessário e suficiente para garantir que a introdução de um sistema humano organizado em um sistema ecológico primitivo tenha como resultado um novo sistema humano organizado.

As normas da série ISO 14000 são as mais utilizadas e praticadas no mundo e consequentemente no Brasil.

A legislação ambiental requer respeito e cuidado com o meio ambiente, que irá conduzir para uma preocupação ambiental.

A sociedade está se tornando cada vez mais exigente e crítica a respeito aos danos ambientais com as empresas que provocam poluição e usando o meio ambiente como descarte. Com isso podemos evidenciar os benefícios quando se tem a consciência ecológica:

4 BENEFÍCIOS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

A questão da economia ambiental apresenta vários benefícios para as organizações como para a sociedade em geral. Entre estes benefícios, destacam-se os benefícios econômicos e estratégicos.

4.1 BENEFÍCIOS ECONÔMICOS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

De acordo com Cagnin (2000), os principais benefícios econômicos apresentados pela economia ambiental são os seguintes:

Economia de Custos

- ✓ Redução do consumo de água, energia e outros insumos.
- ✓ Reciclagem e venda aproveitamento e resíduos, e diminuição de efluentes.
- ✓ Redução de multas e penalidades por poluição.

Incremento de Receita

- ✓ Aumento da contribuição marginal de "produtos verdes", que podem ser vendidos a preços mais altos.

- ✓ Aumento da participação no mercado, devido à inovação dos produtos e a menor concorrência.
- ✓ Linhas de novos produtos para novos mercados.
- ✓ Aumento da demanda para produtos que contribuam para a diminuição da poluição.

De acordo com Martins e Felicidade (2001), a valorização dos recursos ambientais trata-se de um mecanismo eficaz para refletir no mercado, o nível de escassez de parte dos recursos naturais, de forma a propiciar condições para que a chamada livre negociação nos mercados de *commodities* ambientais possa definir qual o nível ótimo de exploração e de alocação dos recursos necessários e disponíveis.

4.2 BENEFÍCIOS ESTRATÉGICOS

Como benefícios estratégicos, Cagnin (2000), apresenta os seguintes, em sua tese de mestrado:

- ✓ Melhoria da imagem institucional.
- ✓ Renovação da carteira de produtos.
- ✓ Aumento da produtividade.
- ✓ Alto comprometimento do pessoal.
- ✓ Melhoria nas relações de trabalho.
- ✓ Melhoria da criatividade para novos desafios.
- ✓ Melhoria das relações com os órgãos governamentais, comunidade e grupos ambientalistas.
- ✓ Acesso assegurado ao mercado externo.
- ✓ Melhor adequação aos padrões ambientais.

Os recursos naturais não devem ser observados apenas como aqueles que são diretamente extraídos da natureza e avaliados como tal ainda no seu ambiente natural. A utilização desenfreada de recursos naturais voltados para a elevação do bem-estar econômico da sociedade, que por sua vez, não necessariamente pode ser observado como um fator que influencie na elevação do bem-estar total, que por sua vez, é composto pelo bem-estar econômico e pelo bem-estar social. Dessa forma, enquanto a produção se eleva para atender a demanda por produtos (bem-estar econômico), o aumento do nível de poluição, a degradação ambiental, o

aumento da jornada de trabalho, o sacrifício do lazer, entre outros fatores, sacrificam o bem-estar não econômico (DALY; FARLEY, 2004).

Neste contexto, vale destacar também os principais benefícios observados com a aplicação de Normas Ambientais, como é o caso da ISO 14001. De acordo com Neto e Tocalino (1999), os principais benefícios da Norma Ambiental/ISO 14001, são:

- ✓ Demonstração para clientes, acionistas, empregados, seguradoras, meios de comunicação, autoridades, legisladores e ONGs do compromisso ambiental da empresa, levando à melhoria de sua imagem;
- ✓ Existência de mecanismos estruturados para gerenciar aspectos ambientais e para promover melhoria contínua do sistema;
- ✓ Acesso à legislação ambiental e suas aplicações;
- ✓ Controle mais eficiente das matérias-primas;
- ✓ Redução do consumo de energia e recursos naturais;
- ✓ Aproveitamento e minimização de resíduos;
- ✓ Melhoria das relações, proporcionando, inclusive, abertura de novos mercados, em especial os estrangeiros;
- ✓ Evidência, por entidade independente, da competência ambiental da empresa;
- ✓ Eliminação de erros que favorecem a crescente evolução da empresa, por meio das auditorias ambientais.

Os benefícios com a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental estão intimamente ligados à mudança comportamental, aprendizado e inovação organizacional. Para o Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) oferece as seguintes normas brasileiras relativas ao tema "Sistemas de gestão Ambiental".

- NBR 14.001 - Especificações e Diretrizes para o Uso - Esta norma fornece as diretrizes para as organizações com vistas à determinação das políticas ambientais a serem adotadas, levando em conta os requisitos legais e os impactos ambientais significativos. Contém os requisitos a serem auditados para fins de certificação/registro e/ou auto declaração. Todos os requisitos dessa norma aplicam-se a qualquer sistema de gestão ambiental; no entanto, a sua implantação não oferece garantia satisfatória a todos que a utilizarem.

- NBR 14.004 - Diretrizes Gerais sobre Princípios Sistemas e Técnicas de Apoio Fornecem às organizações as diretrizes para iniciar, manter e aprimorar um SGA, fortalecendo sua relação com a gestão global da organização e estabelece princípios que servirão de orientação aos responsáveis na execução do gerenciamento.

- NBR 14.010 - Princípios Gerais - Esta norma estabelece os princípios a serem aplicados nas auditorias ambientais. Recomenda uma auditoria baseada em objetivos definidos, com base na qual o auditor-líder, mediante consulta prévia ao cliente, determina o escopo, a extensão e os limites dos trabalhos.

- NBR 14.011 - Procedimentos de Auditoria - Auditoria de Sistemas de Gestão Ambiental - Nessa norma, os procedimentos que conduzirão os trabalhos servirão de base para auditorias em todos os tipos de organizações.

- NBR 14.012 - Critérios de Qualificação para Auditores Ambientais - Estabelece os requisitos da qualificação do auditor e a sua experiência profissional.

A Contabilidade Ambiental constitui-se numa especialidade da ciência contábil com base na materialidade dos valores envolvidos. Para o usuário externo da informação contábil tornar-se material, toda informação que, não sendo evidenciada, ou sendo mal evidenciada, pode levá-lo a sério erro sobre a avaliação do empreendimento e de suas tendências, o que se aplica de forma plena às informações sobre o desempenho ambiental das empresas (BERGAMIN JÚNIOR, 2000).

A Contabilidade Ambiental tem como objetivo de registrar as transações da empresa que impactam o meio ambiente e os seus efeitos na posição econômica e financeira das instituições as quais reportam tais transações, devendo assegurar, que:

- a) os custos, ativos e passivos ambientais estejam contabilizados de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade, e;

- b) o desempenho ambiental tenha ampla transparência de que os usuários da informação contábil necessitam (RIBEIRO; LISBOA, 1999).

O Balanço Ambiental tem por principal objetivo tornar pública, para fins de avaliação de desempenho, toda e qualquer atitude das entidades, com ou sem finalidade lucrativa, mensurável em moeda, que, a qualquer tempo, possa influenciar ou vir a influenciar o meio ambiente, assegurando que custos, ativos e passivos ambientais sejam reconhecidos a partir do momento de sua identificação, em

consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade - Resolução 750-93 do CFC.

Toda e qualquer atividade, desenvolvida ou em desenvolvimento, ocorrida ou a incorrer, não importando se em maior ou menor relevância, desde que, mensurável em moeda, que cause ou possa vir a causar qualquer tipo de dano ao meio ambiente, bem como, toda e qualquer ação destinada a amenizar e/ou extinguir tais danos, devendo ser registrada contabilmente em contas contábeis específicas, na data de sua ocorrência, em consonância com o disposto nos Princípios Fundamentais de Contabilidade - Resolução 750-93 do CFC, mediante adoção dos seguintes procedimentos:

a) Os custos ambientais representam aplicação direta ou indireta no sistema de gerenciamento ambiental do processo produtivo e em atividades ecológicas da empresa.

b) Os ativos ambientais são todos os bens e direitos destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental, podendo estar em forma de capital circulante ou capital fixo.

c) Os passivos ambientais, todos relacionados a financiamentos específicos, contingências vinculadas ao meio ambiente, desde que claramente definidas deverão se classificados no passivo circulante ou realizável de longo prazo, em contas contábeis específicas.

Notas Explicativas Ambientais - deverão ser destacadas das demais notas e conter as informações sobre critérios adotados com relação a:

a) avaliação dos estoques ambientais;

b) formas de avaliação e depreciação, inclusive taxas utilizadas no exercício;

c) avaliação do ativo diferido, destacando as bases utilizadas pela empresa para ativar os gastos ambientais;

d) dívidas relacionadas ao meio ambiente, informando, inclusive, o critério contábil de apropriação;

e) valor do lucro do exercício destinado a sua utilização no meio ambiente.

De acordo com as Normas e Procedimentos de Auditoria NPA 11 Balanço e Ecologia do IBRACON e na importância que representa a Ciência Contábil e, consequentemente, as Demonstrações Contábeis, não somente para os capitalistas da sociedade, mas também para toda uma comunidade, estamos propondo que os Balanços patrimoniais, inclusive as Notas Explicativas das empresas,

independentemente de serem elas públicas ou privadas, devem ser publicados, doravante, com destaque para as questões ambientais (INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL, 2015).

Diante do exposto, verifica-se que a contabilidade ambiental, por se tratar de uma ramificação da ciência contábil, destinada a classificar corretamente os eventos de cunho ambiental das organizações, trata-se de uma ferramenta muito importante para a locação de informações de natureza operacional e ambiental que sejam capazes de gerar informações relevantes sobre a questão da sustentabilidade, mesmo sabendo-se que ainda não existem um padrão global sobre como trabalhar e divulgar as informações socioambientais através de relatórios de sustentabilidade.

5 CONCLUSÃO

A contabilidade ambiental, por se tratar de um ramo da ciência contábil que se encontra em acelerado processo de evolução, diante da preocupação com as questões de sustentabilidade e da utilização eficaz dos recursos naturais existentes, pode contribuir com importantes ferramentas na gestão organizacional, desde o processo de tomada de decisão até a fase de avaliação de desempenho no que tange a preocupação dos gestores e da própria sociedade com o meio ambiente.

Para que a humanidade possa sobreviver diante de um espaço limitado e com recursos finitos, necessita-se que cada indivíduo e organizações reflitam sobre a necessidade de manutenção destes recursos, principalmente aqueles que se encontram reunidos diante de uma atividade econômica. Neste contexto, a contabilidade ambiental deve ser utilizada como instrumento capaz de fornecer dados e informações necessárias para que toda a sociedade possa alcançar o processo de controle da qualidade ambiental, onde todos possam se encontrar envolvidos na busca pela preservação do meio ambiente.

Existe uma necessidade constante de exploração dos recursos naturais necessários para a sobrevivência e o bem-estar da sociedade, no entanto, trata-se de um recurso considerado finito diante de uma necessidade infinita, necessitando-se para tal reflexão um estudo mais aprofundado sobre a temática. Necessita-se, portanto, que as empresas, sejam elas pequenas, médias ou grandes, passem a trabalhar com estratégias de médio e longo prazo sobre a utilização de recursos

naturais com responsabilidade e atitudes que possam ser refletidos em benefícios para a sociedade.

Diante desta análise, este artigo chega ao seu final esperando que o seu principal objetivo de observar a importância da contabilidade ambiental como ferramenta relevante para a questão da sustentabilidade, tenha sido alcançado, desejando também que esta pesquisa possa servir de roteiro e fonte de pesquisa para vários outros trabalhos científicos sobre esta temática, uma vez que se trata de um problema que exige estudos, pesquisas e discussões em todas as esferas da sociedade, principalmente no ambiente interno organizacional que desenvolve algum tipo de atividade econômica.

REFERÊNCIAS

BERGAMIN, JR. S. **Custos emergentes na contabilidade ambiental**. Revista Pensar Contábil do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, ano 3, n.9, p.03-11,ago/out.2000.

CAGNIN, Cristiano Hugo. **Fatores relevantes na implementação de um sistema de Gestão Ambiental com base na Norma ISO 14001**. 2000: 229 fls. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

CAMPANHOLA, C. Gestão ambiental e crescimento econômico. In: **I Simpósio ambientalista brasileiro no cerrado**. Contribuições para um novo modelo de desenvolvimento. Anais do I Simpósio Ambientalista Brasileiro no Cerrado. Goiânia: GO, 1995.

CARAMON, Renan. **A visão dos profissionais contábeis de Santa Catarina sobre as Novas normas contábeis**. Ágora. Ver. Divulg. Cient. v.18, n.2, p. 202-221, dez. 2011. Disponível em:
<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:YHTj4_iHT88J:www.periodicos.unc.br/index.php/agora/article/download/334/387+&cd=14&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 12 nov. 2015.

DALY, H.; FARLEY, J. **Ecological Economics**: Principles and applications. Washington D. C.: Island Press, 2004.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL. **NPA – Normas e Procedimentos de Auditoria**. 2015. Disponível em:
<<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/lisPublicacoes.php?codCat=2>>
Acesso em: 23 nov. 2015.

MACEDO, R. K. de, **Gestão Ambiental: Os Instrumentos Básicos para a Gestão Ambiental de Territórios e de Unidades Produtivas**. 2.ed. Rio de Janeiro: ABES: AIDIS, 1999.

MARTINS, R. C., FELICIDADE, N. Limitações da Abordagem Neoclássica como Suporte Teórico para a Gestão de Recursos Hídricos no Brasil. In: FELICIDADE, N., MARTINS, R. C., LEME, A. A. **Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil**. São Carlos: Ed. Rima, 2001.

MEYER, M. M. **Gestão ambiental no setor mineral: um estudo de caso**. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

NEGRA, C. A S. Perícia contábil ambiental. In: **CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS**, 7., 2001, Belo Horizonte. Anais da VII Convenção de Contabilidade de Minas Gerais. Belo Horizonte.

RIBEIRO, M. S., LISBOA Lázaro Plácido. **Balanço Social**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília. ano 28, nº 115, p.72-81, jan/fev.1999.